

## O ENSINO DE LATIM NO BRASIL: UM PASSADO E VÁRIAS PERSPECTIVAS

Fernanda Cunha Sousa (UFJF)<sup>1</sup>

Diego Azevedo Lopes (UFJF)<sup>2</sup>

Gabriel Ramos Sacramento (UFJF)<sup>3</sup>

Ramon de Toledo Roldi (UFJF)<sup>4</sup>

**Resumo:** Neste trabalho, defendemos um ensino de latim atual, crítico e significativo para aqueles que por esse conhecimento se interessem. Para isso, discutiremos alguns dos motivos que nos levam a ser frequentemente questionados, dentro e fora da academia, sobre o lugar dos Estudos Clássicos e, mais especificamente no caso de uma graduação em Latim, qual a aplicação possível do estudo dessa língua na atualidade. Assim, além de um histórico sobre o ensino de Latim no Brasil e discussões sobre a sua importância e a relação com a educação no país, apresentaremos uma maneira de difusão desse conhecimento para a comunidade externa da universidade: a extensão universitária.

**Palavras-chave:** extensão universitária; pensamento crítico; prática docente.

**Abstract:** In this paper, we defend a contextual, critic and meaningful latin education for those who are interested in this knowledge. For this purpose, we are going to discuss the motivations that move us to answer questions that we often receive, both inside and outside of the academy, about the places that Classic Studies occupies and, more specifically in the situation of Latin graduation, what possible appliance it has in the present time. Therefore, beyond the introduction of the history of Latim education in Brazil and discussions about your importance and relation with the national education, we are going to present means of diffusion of this knowledge to the outside community of the university: university extension.

**Keywords:** university extension; critical thinking; teaching practice.


---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística (2011) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Professora Adjunta da Faculdade de Letras – UFJF, Habilitação em Latim e respectivas literaturas. e-mail: fernanda.cunha@uff.edu.br

<sup>2</sup> Licenciado em Letras/Português pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2021), e cursa Licenciatura em Latim pela mesma Universidade. e-mail: azevedolopes@live.com

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2016), e cursa a Licenciatura em Português e respectivas literaturas na Faculdade de Letras da mesma Universidade. e-mail: gabrielsacramento94@hotmail.com

<sup>4</sup> Bolsista do Projeto Boa Vizinhança de Latim da Universidade Federal de Juiz de Fora. e-mail: ramon.roldi@letras.uff.br



## Breve histórico

Os Estudos Clássicos e, sobretudo, o ensino e a aprendizagem da Língua Latina na atualidade podem parecer, à primeira vista, algo que seja secundário em uma discussão sobre o acesso à educação em nosso país tendo em vista os vários desafios enfrentados cotidianamente por esta área tão enaltecida nos discursos, mas nem sempre priorizada nas ações. Porém, caso refletamos mais atentamente sobre a trajetória dos Estudos Clássicos no Brasil, perceberemos que está fundamentalmente ligada à história da educação brasileira e, conseqüentemente, ao nosso atual paradigma educacional.

A história da educação formal no Brasil remonta às primeiras missões Jesuíticas no país, ainda no século XVI, pois, logo que chegaram, os membros da Companhia de Jesus fundaram escolas: já nos primeiros quinze dias após o desembarque, criaram a primeira escola “de ler e escrever” da colônia. Mais tarde, em 1556, inauguraram o Colégio de Todos os Santos, em Salvador (cf. LEITE e CASTRO, 2013).

A natureza cristã católica da Companhia impôs ao sistema educacional implantado no Brasil a relevância a um elemento que a cultura católica carregava em sua essência: sua língua oficial. Todo e qualquer documento publicado pela Igreja Católica era escrito em Latim, e, além disso, a comunicação entre os intelectuais desta instituição era feita estritamente nessa língua, chegando a um ponto tão relevante que basicamente toda a interação intelectual da Europa também se dava assim.

Apesar do esfacelamento e dissolução do Império Romano do Ocidente, o Latim e a cultura clássica gozaram, por muito tempo, de



privilegiado estatuto no mundo intelectual, sendo considerados basilares para a formação do homem erudito. Até o século XVIII, o Latim se configurava como uma língua de cultura: a comunicação dos pensadores das mais diferentes localidades era possível através da veiculação de textos escritos em Latim, língua dominada por grande parte dos intelectuais. Antes e depois desse período, foi a língua oficial da Igreja Católica, o que contribuiu com a manutenção de seu prestígio e difusão. É um fato, portanto, que apesar de não mais haver falantes nativos de Latim, o idioma permaneceu em constante uso pelos religiosos, filósofos, cientistas e letrados (LEITE e CASTRO, 2013).

A Língua Latina chega ao Brasil, portanto, como vértice primeiro da educação no país e desempenhou por muito tempo uma função comunicativa que podemos comparar ao que ocorre com o inglês na atualidade, guardadas as proporções de época e meios de difusão, de modo que aprender Latim permitia ao usuário a inserção num contexto cultural que se tornou a base para que se pudesse acessar todo o conhecimento científico-filosófico produzido no ocidente por muito tempo, ultrapassando, inclusive o período de influência jesuítica no país.

Por 210 anos os jesuítas mantiveram o sistema educacional brasileiro em funcionamento, desde as primeiras escolas implantadas no país, até seu banimento da colônia em 1759<sup>5</sup>. Durante todo esse tempo vigorou o rígido sistema educacional da Companhia, regulamentado pela *Ratio Studiorum*, um documento que unificava o método e as ideias do ensino ministrado.

---


<sup>5</sup> “(...) o poder acumulado pela Ordem de Jesus em dois séculos passou a ser visto como ameaça à soberania de muitos países e até mesmo da própria Igreja. Os jesuítas sofreram, ao longo do século XVIII, diversas retaliações: foram expulsos da França por Luís XV em 1764; na Espanha, Carlos III decretou a prisão de todos os jesuítas em 1767; em Portugal e suas colônias não foi diferente: os jesuítas foram expulsos pelo ministro da Fazenda do rei D. José I, o Marquês de Pombal, que, através do Alvará de 18 de junho de 1759, oficializou o fim da educação ministrada pela Companhia de Jesus em todas as regiões do império, expulsando-os das terras portuguesas” (LEITE e CASTRO, 2013).



Esse projeto pedagógico abordava os Estudos Clássicos em todos os níveis, principalmente o ensino do Latim. Neste ponto percebemos a ambiguidade da função e da importância dos Estudos Clássicos nas escolas jesuíticas: ao passo que se tem um projeto de ensino que toma a Língua Latina como vértice de aprendizado, justamente por compreendê-la como uma língua de cultura, limita-se o acesso ao conhecimento e às múltiplas visões de mundo e de história que se poderia ter ao conhecer a Língua Latina por considerar parte desse material inadequado, conflitante com a fé cristã por uma série de razões, como os conteúdos abordados nas obras de Ovídio, por exemplo.

A partir desse breve histórico, sem desconsiderar as críticas ao modo como se deu a implantação e continuidade dos projetos Jesuítas no Brasil, para nosso propósito neste trabalho é válido pensar que (1) a Companhia de Jesus implementou seu sistema educacional no Brasil e o geriu por mais de dois séculos consecutivos e (2) os Estudos Clássicos, principalmente o ensino de Latim, tinham relevantíssimo papel neste sistema de educação, tomado como forma de acesso a uma vasta cultura.

Logo, ao tomarem o acesso a textos nesta língua e a faculdade de nela se expressar como componentes principais de seu método, os jesuítas aderem a uma concepção *humanística* de ensino, que se opõe a uma concepção *pragmática*, pois enquanto a primeira se preocupa com o ensino de cultura e arte como pertinente à dignidade humana, e isso é relevante em uma escola, a segunda, preocupa-se com a



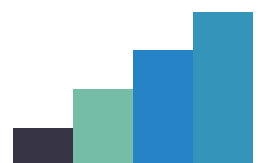
qualificação profissional dos alunos<sup>6</sup>, sem relevância para sua formação cultural (*apud* LEITE e CASTRO, 2013).

Assim, mesmo com diversas críticas ao ensino jesuítico, podemos notar que o Brasil teve, por dois séculos, não somente uma estrutura coesa e unificada de ensino, mas também fundamentada em uma concepção que colocava a arte e a cultura como epicentro da trajetória de conhecimento de um aluno. Nota-se também que o propósito da *Ratio Studiorum* ia além de unificar os métodos, também norteava as abordagens e a postura com que as disciplinas deveriam ser ministradas pelos professores, algo que se assemelha aos documentos que orientam nosso atual sistema educacional brasileiro “na medida em que procura instrumentalizar os docentes a respeito de suas práticas em sala de aula, buscando manter a uniformidade do projeto em toda a sua extensão” (LEITE e CASTRO, 2013).

Já em 1759, a expulsão dos jesuítas das terras portuguesas - que se deu pelo entendimento de que a companhia era uma ameaça para a coroa devido ao acúmulo de poder ao longo dos séculos - fez com que todo o sistema educacional vigente no Brasil fosse desmontado e descontinuado, o que causou profundas cicatrizes na educação brasileira, pois ainda que pesasse sobre a ordem e seu sistema de educação muitas críticas, como já mencionado, esse sistema já estava consolidado e apresentava

---

<sup>6</sup> Não ignoramos, com isso, a necessidade constante de discussão sobre uma política educacional nacional eficiente, nem tão pouco as críticas que podem e devem ser feitas ao ensino humanístico desenvolvido no Brasil por séculos, nem pretendemos tirar o mérito e a necessidade de uma visão pragmática em determinados contextos, mas não poderemos nos deter em demasia nesse debate ao longo do presente trabalho, por fugir ao nosso escopo atual. Para mais informações, indicamos a leitura de: MARCHELLI (2014).




resultados, enquanto as propostas do Marquês de Pombal mostraram-se impraticáveis, o que gerou um caos na educação do Brasil (cf. LEITE e CASTRO, 2013).

Com a mudança da Coroa portuguesa para o Brasil e com o surgimento de uma demanda profissionalizada no país, a necessidade de uma educação pragmática que pudesse contribuir para a formação prática dos alunos sufocou ainda mais os sopros humanistas de educação que se faziam presentes na colônia até a expulsão dos jesuítas.

Uma discussão levantada pelas propostas de Pombal, e necessária ainda na atualidade, é a laicização do ensino, pois a apropriação do Latim e da Cultura Clássica pela Igreja Católica fez com que seu ensino no Brasil fosse associado ao poder e à cultura da Igreja.

A discussão sobre a necessidade de laicização do ensino e a histórica associação do Latim à Igreja, talvez sejam as razões pelas quais Jayme Abreu (s/d), que esteve à frente do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) nas décadas de 50 e 60, se posiciona completamente contra a permanência dessa língua na escola, durante a discussão que antecede a elaboração da LDB de 1961, e afirma categoricamente que o ensino de Latim, já em seu tempo, seria um anacronismo incompatível com os interesses de uma sociedade industrial e científica.

Portanto, se não há como negar que essa vinculação entre Latim e Igreja permitiu que a língua e a cultura latinas chegassem à atualidade, também se percebe que os Estudos Clássicos perderam espaço nas novas propostas educacionais que vieram a se estabelecer posteriormente no país, inclusive por essa profunda associação à Igreja. Mas este não deve ser o motivo para que sejam afastados dos projetos modernos de




educação, pois é possível, como pretendemos demonstrar, romper com essa vinculação e avançar em direção a um ensino significativo, crítico, questionador e laico. mas para isso, é muito importante conhecer o percurso que nos trouxe até o presente momento.

### **O lugar dos Estudos Clássicos no século XX**

Souza (2009, *apud* LEITE & CASTRO, 2014), entre outros autores, aponta que, ao longo das discussões sobre a permanência do ensino de Latim no século XX, “os ataques aos ideais Humanistas presentes nos currículos se dirigiam com maior frequência para a questão da utilidade e necessidade dos Estudos Clássicos”. É possível notar, portanto, que o argumento acerca da seleção de conhecimento a ser ensinado obrigatoriamente passou a ser fortemente pautado por uma noção de utilidade para o mercado de trabalho.

Soma-se aos estereótipos do Latim vinculado à Igreja, portanto, a visão utilitária do ensino que se foi construindo ao longo dos tempos, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, considerando que o percurso escolar dos alunos, ao nível da formação específica, deve passar por disciplinas de caráter prático e, muitas vezes, experimental, que os prepare para o ingresso no mundo do trabalho, privilegiando as áreas das ciências exatas, das ciências da vida ou da economia. Esta visão condena para um plano secundário todas as áreas que se situam no domínio das humanidades ou das ciências sociais, como a Filosofia ou as Línguas Clássicas, entre outras (FERREIRA, 2017, p. 126) e estas são colocadas em posição de “disputa” por caga-horária, verbas, vagas.... e assim perdem todos.




E, com tais argumentos, esse foi um período decisivo para o declínio do ensino do Latim no Brasil em virtude da concorrência no início do século com outras línguas, como Francês, Inglês e Alemão por espaço nos currículos escolares como optativas, e depois com os incrementos legislativos proporcionados pela Lei de Capanema (1942) e, posteriormente, às implicações da 1ª LDB (1961) e da 2ª LDB (1996).

A LDB de 1961 “traz um conjunto de aberturas e de indecisões” sobre o ensino dessas línguas e “a partir da Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e de seus dispositivos legais imediatamente posteriores, o quadro do latim entra em colapso na educação básica” (SANTOS SOBRINHO, 2013, p.145). E já no final do Século XX, por meio do Decreto nº 91.372, de 26.06.1985, o então Presidente da República José Sarney nomeia uma Comissão Nacional para o estabelecimento das Diretrizes com vistas ao aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa, cujo relatório aponta que:

No 2º grau, na própria disciplina de Língua Portuguesa, deve haver aulas dedicadas ao estudo das estruturas do Latim, com vista à compreensão mais lúcida da própria língua portuguesa, em sua história interna e seus recursos mórficos e semânticos [...]. Na hipótese de se desdobrar o 2º grau em científico e clássico, neste deve ser reintroduzido o Latim. No ensino superior, o Latim deve ser reabilitado em sua qualidade de matéria plena. (BRASIL, 1986)

Faz-se importante destacar que as legislações consultadas não falam explicitamente que se deve excluir ou interromper o ensino da latim nas escolas, mas este vai sendo posto de lado nas discussões, deixa de ser obrigatório, saindo gradativamente de cena e é eliminado na prática, deixando de mesmo de ser mencionado ou






subentendido, em documentos posteriores, com citação “muito tímida à cultura clássica greco-romana em suas propostas para o ensino de língua portuguesa, literatura e humanidades” (FORTES e MIOTTI, ) na LDB (Lei de Diretrizes e Bases/Lei 9394/96) ou nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio), parte II: linguagens, códigos e suas tecnologias (2000), os quais citam o grego e o latim em pouquíssimas passagens, e somente para apresentarem comentários laterais sobre essa cultura.

Compreender como se desenvolveu a atividade docente no Brasil também ajuda a compreender o panorama da educação e dos Estudos Clássicos no século XX no Brasil. Essa atividade foi desempenhada por muito tempo (e ainda é em algumas localidades do país) de maneira não-especializada, em sua maioria por educadores religiosos. Posteriormente, houve uma tentativa de profissionalização da docência, o que não se efetivou, ao menos não em todo o território nacional.

Contribuiu para isso, além das dificuldades de formação profissional de diversas ordens e as diferenças socioeconômicas entre as regiões do país, o fato de a profissão docente ter sido definida pelo Estado sem a participação de representantes destes profissionais. O Estado promoveu, em diferentes momentos, um padrão de ensino que apontava características mais funcionais que profissionais. Muitos trabalhadores que se dedicaram ao ensino (e se dedicam ainda em algumas localidades e algumas áreas de atuação) tinham habilidades em conhecimentos específicos, porém sem o conhecimento didático, pedagógico; não seriam professores profissionais, portanto (*apud* MELO, 2013), o que certamente tem impactos sobre o ensino, sobre a figura do professor e sobre o papel da escola e mesmo dos cursos de formação docente.



Esse panorama geral e abreviado sobre o ensino no Brasil também teve, claro, grande impacto sobre o ensino de Latim<sup>7</sup>, pois ainda é possível identificar pessoas sem licenciatura em Letras que tiveram algum contato com o Latim em suas formações profissionais e/ou religiosas ministrando aulas de Língua Latina em Instituições de Ensino Superior (IES). Isso tem uma série de implicações sobre o ensino de Latim nas IESs do ponto de vista didático e político-educacional, o que merece um estudo específico.

---

<sup>7</sup> Para levantamento histórico sobre o ensino de Latim no Brasil, ver: SANTOS SOBRINHO, 2013.




## **O esvaziamento de temas relacionados aos Estudos Clássicos e a mercantilização da sua herança**

É fato que, ao observar o mundo à nossa volta, vemos referências diretas e indiretas à cultura clássica, seja em pinturas, esculturas, obras arquitetônicas, músicas, livros, filmes e mesmo em peças publicitárias. Assim, se tomarmos o conceito de texto em um sentido ampliado, o qual engloba também essas outras manifestações culturais, podemos afirmar que, ao falarmos desse legado, estamos falando da intertextualidade entre o passado e o presente, pois, conforme Koch (1997, p. 46, *apud* BENTES, 2012) “todo texto é um objeto heterogêneo que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o pré determinam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude ou que se opõe”.

Contudo, resta nos perguntarmos: com quem esses textos, em sentido amplo, dialogam, a quem se dirigem, o que representam? Diferentemente do modelo de educação jesuíta, não almejamos uma educação filtrada por uma noção de moralidade, e conseqüente censura, qualquer que seja. O que propomos é uma apresentação contextualizada desses textos provocadores de reflexão, de modo que os Estudos Clássicos possam contribuir para a formação daqueles que por eles se interessarem.

Associado a isso, torna-se importante a reflexão sobre a reconstrução dos clássicos da literatura greco-romana pela indústria do entretenimento, cada vez mais frequente e que frequentemente apresenta um material esvaziado de sua cultura e sem



contexto, o que aponta para o esvaziamento que os Estudos Clássicos vêm sofrendo e a consequente abordagem da herança clássica simplesmente como um produto para a indústria de cultura. Essa mercantilização se aproveita, por exemplo, das narrativas de heróis mitológicos a fim de enaltecer um ideal desconectado de sua origem, como ocorre, por exemplo, em versões cristianizadas dessas histórias que associam o deus grego Hades ao demônio cristão.

Sousa & Zanirato (2016) chamam a atenção para “a realidade da indústria cultural de massa que vende adaptações dos mitos grego e latino nas telas do cinema” produzida e veiculada de tal modo que “leva a crer em um esgotamento da abordagem pedagógica, como se os saberes tivessem se reduzido ao produto”. Essa redução ao produto cria uma descontextualização entre o passado e o presente, resultando, conseqüentemente, em um maior esvaziamento, gerando um espaço acrítico em que o passado pode ser utilizado a partir de discursos anacrônicos em prol da lógica de consumo em massa, sem discussões ou referências aos textos originais que lhes serviram de base.

O objetivo desse tipo de material não parece ser, portanto, criar um espaço de transversalidade do indivíduo com sua herança clássica, mas sim manter a lógica hegemônica dos pequenos grupos que detêm o conhecimento e o controle do restante da sociedade, privada de uma série de informações, conhecimentos e, conseqüentemente, de possibilidades de reflexão.

Dessa maneira, parece-nos fundamental atrelar a difusão crítica e embasada dos Estudos Clássicos ao termo *emancipare*<sup>8</sup>, o qual vincula-se à capacidade de compreender

---

<sup>8</sup> De acordo com Faria (1967): emancipar, excluir da tutela, libertar.



os espaços culturais aos quais nos integramos (ou não) e à possibilidade de intervir criticamente sobre esses espaços e o que representam (*apud* SOUSA & ZANIRATO, 2016). Assim, como sujeitos críticos, temos a possibilidade de levantar questionamentos sobre a concepção anacrônica que setores da indústria de cultura frequentemente apresentam e sobre os motivos que levam determinados setores da sociedade a não promoverem a difusão desse conhecimento, a não ser de modo superficializado e direcionado de acordo com seus interesses.

### **A importância dos Estudos Clássicos como prática reflexiva da sociedade**

Minkova & Tunberg (2012, *apud* MIOTTI, 2013) apontam que “o objetivo principal para os professores e alunos de Latim é a Língua Latina e um melhor conhecimento de nossa herança intelectual”. Aliadas à essa reflexão, Sousa & Zanirato (2016) entendem os Estudos Clássicos como um “poderoso instrumento de reflexão sobre muito do que somos”, levando o sujeito moderno a ter conhecimento crítico sobre a trajetória dessa herança clássica em seu próprio contexto histórico.

Um exemplo dessa reflexão se encontra na análise que Leite (2015) apresenta ao final das atividades relatadas em seu artigo, “observar a conexão entre o Latim e a história do Brasil e de seu próprio Estado”, permitindo ao aluno ter a capacidade de vincular a herança clássica a seu presente, sem cair em discursos anacrônicos.

É importante frisar, entretanto, que, ao afirmar que o Latim seja ainda uma língua de cultura, vista por muitos como uma língua de elite (o que também já foi alvo de justa crítica de pensadores do ensino, como Jayme Abreu), não buscamos exaltar de modo




vazio e lamentoso um “passado glorioso”; mas justamente o oposto: desmistificar o imaginário em torno dessa língua, tornando-a acessível, de modo que o aluno, à medida que se apossa desse repertório textual, consiga compreender um pouco do legado cultural da antiguidade, sendo esses os objetivos principais do estudo do Latim na atualidade, conforme Leite e Santana (2018).

Mas, para isso, precisamos encarar esse passado e todos os estereótipos associados ao Latim, mesmo dentro da academia, por causa dele, os quais, como já apontado, foram utilizados para justificar o apagamento do ensino de latim e a diminuição de seu espaço mesmo no ambiente universitário. Mas, como promover esse conhecimento, a despeito dos estereótipos difundidos nos mais diversos meios e do espaço perdido por muito tempo nos diferentes níveis de ensino? Para nós, a difusão desse conhecimento passa pela aproximação entre a academia e a sociedade.

### **O projeto de extensão “Boa Vizinhança línguas- Latim” como um espaço para a prática reflexiva**

Por meio das atividades de pesquisa, ensino e extensão, as universidades públicas materializam a excelência da produção e socialização do conhecimento. A Extensão Universitária possui um caráter educativo, cultural e científico demarcado pela articulação e indissociabilidade de suas funções, que permeiam a relação universidade-sociedade e o exercício do conhecimento, pautado no compromisso da redução das desigualdades, da inclusão social e do desenvolvimento regional e nacional. Além de contribuir para a



melhoria das condições de vida das populações atendidas pelas propostas, essas ações também contribuem para a formação crítica e qualificada dos estudantes.

De acordo com a Resolução nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura – CONEXC<sup>9</sup>, que fixa normas sobre a Política de Extensão na Universidade Federal de Juiz de Fora:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é atividade integrada ao currículo e à organização da pesquisa e constitui um processo interdisciplinar, transdisciplinar, cultural, social, científico, político, educacional e tecnológico, que promove a prática dialógica transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, a partir da construção de uma prática dialógica de saberes e ações que visem à redução das desigualdades sociais e à emancipação dos atores envolvidos, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Cap. I, art. 1, Conceito de Extensão Universitária).

O projeto de extensão “Boa vizinhança línguas - Latim” é um dos cursos de línguas inserido no programa “Boa vizinhança”, coordenado pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora, que busca fortalecer a ação transformadora da extensão sobre os problemas sociais e estabelecer uma relação dialógica entre extensionistas e sociedade.

No *Campus* da cidade de Juiz de Fora, onde o nosso projeto atua, o “Programa Boa Vizinhança” tem por objetivo estimular, apoiar e promover projetos de extensão que atendam às demandas das comunidades próximas ao *campus*, conforme levantamento de demandas feito pela Pró-reitoria de Extensão junto a entidades sociais que atuam no

---

<sup>9</sup> Documento completo disponível em: [www2.uff.br/proex/conexc/resolucoes/](http://www2.uff.br/proex/conexc/resolucoes/)



seu entorno, ressignificando, assim, a relação com a sociedade e buscando contribuir para transformar a realidade social dos territórios onde a universidade se insere.

Parte desse programa, o “Boa vizinhança – línguas”, tem como objetivo atender prioritariamente às necessidades e interesses da comunidade do entorno da UFJF, através do desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão oral, fala e produção escrita em nível iniciante, aproximando a prática da sala de aula das práticas sociais de que o aluno participa em sua vida cotidiana.

Nosso objetivo é o de possibilitar o conhecimento introdutório da língua e da cultura latina preferencialmente para moradores do entorno do *campus* da UFJF de diferentes faixas etárias, a partir dos 16 anos e com ensino fundamental completo<sup>10</sup>, em um curso com duração de três semestres letivos, com carga horária total de 180 horas/aula. Pretendemos que, ao final do curso, os participantes tenham condições de identificar e compreender expressões latinas presentes em seu cotidiano, nas artes de modo geral - e na literatura mais especificamente - e demais espaços do seu cotidiano.

Por entendermos que este seja um direito de todos aqueles que se inserem em uma sociedade que tem muitos de seus traços relacionados direta e/ou indiretamente à cultura clássica romana, oferecemos uma reflexão sobre ensino dessa língua como bem cultural complexo, que será “adicionado” ao repertório enciclopédico do(a) discente, contribuindo para sua formação cidadã ao compreender e, assim poder refletir, através do ensino dessa língua, sobre traços de nossa história e cultura.

---

<sup>10</sup> Essas indicações têm o objetivo de atender às escolhas didáticas do trabalho a ser realizado em sala de aula pela equipe de trabalho.





Defendemos que, ao ter contato com uma língua que, tradicionalmente, não está inserida nos sistemas regulares de ensino, os alunos ampliam seu repertório de competências, com foco na expansão dos saberes interculturais, podendo aplicar esses conhecimentos a outros contextos.

As aulas são conduzidas por alunos da graduação em Latim da Faculdade de Letras sob coordenação de professores da área. Dessa maneira, esta também se constitui como uma importante oportunidade para o aprimoramento da formação acadêmica dos graduandos envolvidos, que têm a oportunidade de interagir de modo efetivo com diferentes públicos, adaptando seu trabalho às turmas e, assim, aprimorando sua vivência e sua formação não só acadêmica, mas também cidadã, tornando-se profissionais mais críticos e engajados no ambiente escolar, compartilhando os saberes produzidos no ambiente acadêmico.

### **Considerações finais**

Enquanto esse passado nos suscitar indagações, provocar questionamentos e reflexões sobre o passado, o presente e o futuro do mundo que nos cerca, esse conjunto de saberes não pode ficar no passado nem ser relegado a um nicho específico de saber enclausurado, uma vez que permanece pertinente a todos nós.

Lidamos com um passado, não numa perspectiva de um passado absoluto, definitivo, irrevogável, mas um passado profundamente dinâmico e muito fecundo, a nos fazer presentes as mais refinadas indagações, a nos levantar intrincados questionamentos acadêmicos, a nos sugerir, nas reflexões de ontem, reflexões para o hoje (REZENDE, 2010, p. 41, 2º §).




Entendemos o ensino como práxis político-pedagógica de ocupação do espaço público. Neste sentido, acreditamos que a universidade pode colaborar para o empoderamento coletivo e intersubjetivo (BHABHA, 2013). Por isso, como espaço de compartilhamento do saber, ela deve se fazer presente como *res publica*.

Uma forma de compartilhar esse saber é através da extensão, capaz de ajudar a viabilizar diversos conhecimentos, com responsabilidade social, construindo uma relação dialógica e de aproximação entre a Universidade e a comunidade moradora dos bairros do entorno do campus, atendida pelo Programa Boa Vizinhança, contribuindo para a abertura da universidade cada vez mais para aqueles que a cercam fisicamente, mas nem sempre se sentem incluídos nas atividades por ela desenvolvidas.

Iniciativas como esta congregam a pesquisa acadêmica em Estudos Clássicos e a recepção contemporânea de textos milenares de diversas naturezas. Assim, estreita-se cada vez mais a distância entre universidade e sociedade. E a experiência com projetos como este tem demonstrado que: a língua e cultura clássicas podem ser apresentadas de forma acessível, sem perder de vista o original que nos guia, uma vez que as fronteiras entre tradição e vanguarda, teoria e prática, pesquisa e ensino não devem ser consideradas intransponíveis, pois não são.

Se a escola (entendida aqui de maneira ampla, abarcando inclusive a universidade) tem o papel de formar cidadãos para o futuro, tem, portanto, o dever de apresentar ao aluno seu lugar na tradição cultural ocidental. E não podemos negar que muitos dos valores sobre os quais nossa sociedade se funda nos chegaram através dessas obras da Antiguidade Clássica. Assim, o acesso ao repertório linguístico e cultural



latino propicia uma experiência formativa relevante para todos os envolvidos (alunos atendidos pelo projeto e bolsistas atuantes), ao colocar em evidência uma das faces da construção da identidade brasileira.

Como professores, sentimo-nos constantemente pressionados a selecionar o que interessa, o que é “útil”, mas “determinar o que lhe interessa é tarefa do povo. Ao estudioso, especialmente àquele que tem consciência do comprometimento ideológico de seu trabalho, cabe cuidar para que seus estudos estejam disponíveis para quem se interessar pelo assunto, para quem se preocupar com uma construção da cultura que se aproxime mais do conceito antropológico do que do privilégio” (PINTO, 2015, p. 44).

### Referências bibliográficas

ABREU, J. (s/d). Latim Compulsório no Ginásio. *Educação e Ciências Sociais*. pp. 85-90.

ADORNO, T. W. (2009). *Indústria cultural e sociedade*. Trad. Juba Elisabeth Levy, Augustin Wernet, Jorge Mattos Brito de Almeida & Maria Helena Ruschel. São Paulo: Paz e Terra, 5ª ed.

BENTES, A. C. (2012). Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras, volume 1*. São Paulo: Cortez, pp. 259-299.

BHABHA, H. K. (2013). *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRASIL. (1986). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa*, p. 31.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

FARIA, E. (1967). *Dicionário escolar latino*. Rio de Janeiro, MEC.



FERREIRA, F. (2017) Ensinar e aprender latim no séc. XXI (Portugal: Universidade de Coimbra). In: *Boletim de Estudos Clássicos*, n. 62. pp. 125-137.

FORTES, F. S.; MIOTTI, C. M. (2014). Cultura clássica e ensino: uma reflexão sobre a presença dos gregos e latinos na escola. *Organon*, Porto Alegre, v. 29, n. 56, pp. 153-173.

FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17<sup>a</sup> edição. pp. 52-56.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (Lei 9394/96). Brasília: MEC. [online]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Arquivo acessado em: 09 dez. 2018.

LEITE, L. (2015). José de Anchieta na sala de aula: uma experiência com o Latim pós-clássico. *PhaoS*, Unicamp, n.15, pp. 19-31.

LEITE, L.; CASTRO, M. (jan/jun.2014). O ensino de língua latina na universidade brasileira e sua contribuição para a formação do graduando em Letras. *Organon*, Porto Alegre, v.29, n. 56, pp. 223-244.


MARCHELLI, P. S. (2014). Da LDB 4.024/ 61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v.2, n.3, p.1480-1511, out./dez.

MELO, P. A. G. de. (OUT/2013). Linguagem e ensino: a língua latina curricular e atividade docente no curso de Letras. *Revista EnsiQlopédia – FACOS/CNEC Osório Vol.10 – N°1*.

MINKOVA, M.; TUNBERG, T. (2018). Latim ativo: falando, escrevendo, ouvindo a língua. Trad. Leni Ribeiro Leite & Ariane Ribeiro Santana. *Rónai*, UFJF, v.6, n.1, pp. 149-161.

MIOTTI, C. (2013). Algumas estratégias de apresentação e fixação de vocabulário na aula de Latim. *PhaoS*, Unicamp, n.13, pp. 23-38.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ENSINO MÉDIO, parte II: linguagens, códigos e suas tecnologias (2000). Brasília: MEC. [online]. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br>. Arquivo acessado em 09 de dezembro de 2013.



PINTO, N. F. (2015). *Memorial defendido como requisito parcial para obtenção de título de Professor Titular*. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, (Inédito).

Resolução nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC) da UFJF. Disponível em: [www2.ufjf.br/proex/conexc/resolucoes/](http://www2.ufjf.br/proex/conexc/resolucoes/), acessado em: 07 de julho de 2020.

REZENDE, A. M. de. (2010) *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. Belo Horizonte: Crisálida.

SOBRINHO, J. A. S. (2013). *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção: discursos, práticas, representações, proposta metodológica*. Salvador-BA: UFBA, 313 f.

SOUSA, F.; ZANIRATO, T. (2016). O espaço da literatura no século XXI. 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Ouro Preto.

